

CONCEPÇÕES PREDOMINANTES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PRESENTES EM PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE PROFESSORES(AS) DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ANGICOS – RN

PREDOMINANT CONCEPTIONS OF ENVIRONMENTAL EDUCATION PRESENT IN THE PEDAGOGICAL PRACTICES OF TEACHERS FROM THE MUNICIPAL EDUCATION NETWORK OF ANGICOS - RN

Tathianni Cândida Azevedo Silva¹
Magnus José Barros Gonzaga²

RESUMO

O presente artigo é resultado de uma pesquisa cujo objetivo consistiu em identificar e analisar as concepções de Educação Ambiental predominantes em práticas pedagógicas de professores(as) da Rede Municipal de Ensino de Angicos – Rio Grande do Norte (RN). Quanto aos aspectos metodológicos, o estudo se sustentou na abordagem de pesquisa qualitativa, uma vez que o objeto de estudo está situado numa realidade social e histórica e não pode ser interpretado pelo crivo da dimensão quantitativa. As etapas do trabalho envolveram pesquisa bibliográfica com vistas ao aprofundamento teórico sobre a temática, bem como entrevista semiestruturada para coleta de dados. A pesquisa se desenvolveu à luz de autores da área, tais como Layrargues (2001 e 2004), Lima (2009), Loureiro (2001 e 2015), Carvalho (2006) e Gonzaga (2008 e 2010). A análise dos dados aponta para resultados que constatarem que as práticas pedagógicas desenvolvidas pelos(as) professores(as) das escolas se inserem, de modo predominante, no campo da concepção de Educação Ambiental conservacionista ou conservadora. Nesta concepção, as práticas pedagógicas abordam a crise ambiental sob uma perspectiva reducionista, biologizante, com foco predominante nas dimensões físicas e biológicas, além de compreender a natureza como um elemento externo que circunda a vida humana, ao passo que ignoram ou minimizam os processos históricos e sociais envolvidos na crise ambiental. Assim, reforçam a dicotomia entre as dimensões sociais e naturais no âmbito dos problemas ambientais. Deste modo, como consequência, limitam o potencial de desenvolvimento crítico dos indivíduos.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Concepções de Educação Ambiental; Práticas Pedagógicas.

ABSTRACT

This article is the result of a study whose objective was to identify and analyze the conceptions of Environmental Education that predominate in the pedagogical practices of teachers from the Municipal Education Network of Angicos - Rio Grande do Norte (RN). As for the methodological aspects, the study was based on a qualitative research approach, since the object of study is situated in a social and historical reality and cannot be interpreted

¹ Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal Rural do Semi-Árido - Ufersa.
E-mail: tathianni.azevedo@alunos.ufersa.edu.br

² Professor do Departamento de Ciências Humanas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido - Ufersa.
E-mail: magnus.gonzaga@ufersa.edu.br

through the sieve of the quantitative dimension. The stages of the work involved bibliographical research with a view to deepening the theory on the subject, as well as semi-structured interviews to collect data. The research was carried out in the light of authors in the field, such as Layrargues (2001 and 2004), Lima (2009), Loureiro (2001 and 2015), Carvalho (2006) and Gonzaga (2008 and 2010). The analysis of the data shows that the pedagogical practices developed by the school teachers are predominantly in the field of conservationist or conservative environmental education. In this conception, pedagogical practices approach the environmental crisis from a reductionist, biologizing perspective, with a predominant focus on the physical and biological dimensions, as well as understanding nature as an external element that surrounds human life, while ignoring or minimizing the historical and social processes involved in the environmental crisis. Thus, they reinforce the dichotomy between the social and natural dimensions.

Key words: Environmental Education; Conceptions in Environmental Education; Pedagogical Practices.

1 INTRODUÇÃO

A trajetória percorrida no ensino básico permitiu à autora ser uma estudante ativamente envolvida em diversas atividades propostas pelas escolas às quais frequentou. No entanto, um tema em particular sempre despertou entusiasmo de maneira singular: a questão ambiental. Talvez isso se deva ao fato de que as informações transmitidas sobre a crise climática e as estratégias para enfrentá-la enfatizavam frequentemente a responsabilidade individual. Era como se a culpa e a solução para esses problemas estivessem inteiramente nas mãos de cada ser humano, de forma isolada.

Movida por um desejo sincero de provocar mudanças significativas no mundo e de contribuir para soluções efetivas, a autora enxergava nas iniciativas de conscientização ambiental promovidas pela escola e nas atividades relacionadas à reciclagem, conservação de rios e mares, entre outras, uma oportunidade para agir nesse sentido, sem ainda ter a compreensão de que esse debate era muito mais amplo do que se colocava.

Assim, ao longo dos anos, o interesse por temas relacionados às questões ambientais cresceu e a dedicação a essas causas se fortaleceu. No ensino médio cursou o Técnico em Agroecologia pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) e foi a partir desse interesse profundo e da participação ativa nessas atividades escolares que surgiu o desejo de explorar essa temática.

Na graduação, essa conexão aumentou especialmente quando houve a oportunidade de cursar a disciplina Educação, Meio Ambiente e Sustentabilidade, que possibilitou reflexões aprofundadas sobre as concepções de Educação Ambiental a partir de um arcabouço teórico mais amplo e circunscrito na tradição crítica do pensamento dialético. Esse envolvimento

despertou o interesse em investigar as concepções de Educação Ambiental predominantes nas práticas pedagógicas de professores da Rede Municipal de Ensino de Angicos – Rio Grande do Norte (RN) e entender como elas são desenvolvidas no contexto educacional, uma vez que a Educação Ambiental, enquanto campo de estudo e prática, assume diferentes concepções e abordagens que influenciam diretamente sua implementação nas escolas. A partir desse interesse, definiu-se um projeto de pesquisa com o objetivo de identificar e analisar as concepções de Educação Ambiental predominantes em práticas pedagógicas de professores(as) da Rede Municipal de Ensino de Angicos – Rio Grande do Norte (RN).

As etapas da pesquisa envolveram pesquisa bibliográfica para aprofundamento teórico sobre a temática e, quanto às técnicas de coleta de dados, utilizou-se a entrevista semiestruturada. Inicialmente, foram identificadas e selecionadas obras de autores relevantes da área, tais como Layrargues (2001 e 2004), Lima (2009) Loureiro (2001 e 2015), Carvalho (2006), Gonzaga (2008 e 2010), além de artigos acadêmicos, documentos oficiais e outras fontes que tratam da Educação Ambiental no contexto brasileiro.

O levantamento teórico teve como objetivo compreender como as diferentes correntes epistemológicas influenciam o desenvolvimento da Educação Ambiental, ao observar tanto as perspectivas tradicionais quanto as emergentes. A diversidade epistemológica foi explorada a partir da análise de múltiplas concepções, ao buscar reconhecer as abordagens conservacionistas, pragmáticas e críticas.

A pesquisa bibliográfica foi realizada a partir de bases de dados de periódicos científicos nacionais, além de livros, publicações de dissertações de Mestrado e de Teses de Doutorado de autores relevantes da área, tais como Layrargues (2001 e 2004), Lima (2009) Loureiro (2001 e 2015), Carvalho (2006) e Gonzaga (2008 e 2010). Neste sentido, o foco é compreender a trajetória histórica da Educação Ambiental, bem como possibilitar um aporte teórico para compreender as concepções que sustentam as correntes político-pedagógicas da Educação Ambiental no Brasil. Nesse âmbito, a pesquisa bibliográfica também ofereceu suporte teórico à análise das respostas obtidas nas entrevistas, bem como fundamentação às discussões, com base em autores que abordam as diferentes perspectivas e práticas de Educação Ambiental.

Quanto ao tipo de pesquisa, optou-se pela pesquisa qualitativa, uma vez que o objeto de estudo está situado numa realidade social e histórica que não pode ser quantificada. Desse modo, Minayo (2007, p. 27) afirma que a análise qualitativa é uma busca da compreensão e da interpretação à luz da teoria e aporta uma contribuição singular e contextualizada do pesquisador. A partir deste entendimento foi possível analisar as respostas dos(as)

professores(as) entrevistados(as) e alcançar os objetivos do trabalho. O questionário, parte da entrevista semiestruturada, foi aplicado via *Google Forms*, direcionado a oito professores (as) de quatro escolas da rede Municipal de Angicos – RN. Composto por três questões, o questionário buscou capturar as percepções e práticas pedagógicas dos(as) professores(as) em relação à Educação Ambiental. Essa metodologia permitiu uma análise das concepções predominantes, na medida em que aliou a coleta de dados empíricos à reflexão teórica sobre o tema e possibilitou uma visão mais abrangente sobre o objeto de estudo.

A pesquisa acerca da identificação das concepções de Educação Ambiental predominantes nas práticas pedagógicas de professores Angicos – RN evidenciou práticas pedagógicas que, embora importantes, permanecem em grande parte ancoradas em uma abordagem conservacionista e pragmática. Essas práticas, voltadas principalmente para ações cotidianas como a reciclagem e o uso consciente de recursos, demonstram uma conscientização ambiental inicial. No entanto, carecem de uma perspectiva crítica que integre reflexões mais amplas sobre justiça socioambiental e os fatores estruturais que impulsionam a crise ambiental, como o modelo econômico.

Este estudo ressalta a importância de uma transição para uma abordagem crítica e transformadora da Educação Ambiental, que fomente a capacidade dos(as) alunos(as) de questionarem as dinâmicas globais e atuarem como agentes de mudança social e ambiental. Ao propor essa mudança de paradigma, o trabalho oferece contribuições valiosas para a formação de professores(as), ao fornecer fundamentos teóricos e metodológicos que promovem uma educação voltada não apenas para a preservação ambiental, mas também para o desenvolvimento de uma consciência socioambiental e política mais profunda.

2 CONSTRUÇÃO HISTÓRICA E EPISTEMOLÓGICA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL

Até a década 1970, o debate em torno das questões ambientais estava voltado, quase que exclusivamente, para os aspectos físicos e biológicos da natureza sem que se levasse em consideração as dimensões políticas e sociais. Loureiro (2015, p. 161-162) afirma que:

Em uma abordagem estritamente histórica da Educação Ambiental, afirmamos que a sua característica básica é colocar racionalmente sob questão toda verdade socialmente apresentada, afirmada e legitimada e refutar todo e qualquer pensamento que dissocia sociedade de natureza.

Lima (2009, p. 147) evidencia que a Educação Ambiental já nasceu como um campo plural e diferenciado que reunia contribuições de diversas disciplinas científicas, matrizes filosóficas, posições político-pedagógicas, atores e movimentos sociais. Essa pluralidade é uma característica fundamental da Educação Ambiental, que reflete a complexidade das questões ambientais e a necessidade de abordagens multifacetadas para compreendê-las. No entanto, ainda na década de 1970, tínhamos um país marcado pela falta de compromisso com a agenda internacional estabelecida na Conferência de Tbilisi em 1977.³

A ausência do relatório oficial, uma década após a conferência, reflete a negligência em reconhecer a Educação Ambiental como uma ferramenta essencial para o desenvolvimento de políticas públicas eficazes. Esse período histórico evidencia a fragilidade institucional e a pouca priorização da Educação Ambiental no cenário nacional ao demonstrar que, apesar do avanço global na área, o Brasil ainda não havia incorporado plenamente a importância da Educação Ambiental em sua agenda governamental.

Segundo Gonzaga (2008, p. 63-64), foi somente pouco tempo antes da Conferência de Moscou, que o Conselho Federal de Educação (antigo órgão de formulação da política educacional) aprovou o Parecer 226/87, que enfatizava a urgência da introdução da Educação Ambiental no âmbito das escolas.

De fato, é só nas últimas décadas do século XX que a problemática ambiental ganha outros contornos em sua compreensão ao adicionar em suas análises a relação sociedade e natureza de modo mais amplo. “No Brasil, a EA também é parte do movimento ecológico emergente dos anseios e necessidades da sociedade por um mundo mais equânime. Os itinerários da EA no Brasil se desdobraram logo após o contexto social e político caracterizado pela repressão ditatorial emergida no país a partir de 1964, encerrando-se, ao menos oficialmente, em 1985” (Gonzaga, 2008, p. 64).

A postura do regime militar brasileiro durante o período do "milagre econômico", quando o crescimento econômico foi priorizado acima de quaisquer preocupações ambientais, reflete a visão predominante da época, onde o progresso econômico era visto como um fim em si mesmo, independentemente dos danos ecológicos, o que contrariava as preocupações ambientais emergentes no cenário internacional na época.

³ De acordo com Gonzaga, 2008, p. 53, a Conferência de Tbilisi em 1977 foi o ponto culminante da primeira fase do Programa Internacional de Educação Ambiental iniciado em 1975 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), com a cooperação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). A Conferência constituiu-se como um dos eventos mais importantes para o avanço da EA. Como propostas, foram elaboradas algumas recomendações que devem orientar os processos de EA no mundo. O documento, dirigido aos países participantes da conferência, sugere que se adotem também em suas políticas educacionais diretrizes para EA.

Esse ambiente de repressão e resistência moldou o cenário no qual a Educação Ambiental começou a ganhar força no Brasil. A ascensão da Educação Ambiental nesse contexto pode ser vista como parte das lutas sociais mais amplas que buscavam maior participação democrática e justiça social. Apesar das dificuldades impostas pelo regime autoritário, a Educação Ambiental emergiu como uma resposta crítica aos desafios ambientais e incorporou também um desejo de transformação social e de construção de uma cidadania ativa e consciente. Conforme caracteriza Carvalho (2006, p. 49):

Ainda que as primeiras lutas ecológicas no Brasil datem dos anos 70, é principalmente nos anos 80, no contexto do processo de redemocratização e abertura política, que entram em cena os novos movimentos sociais, entre eles o ecologismo, com as características contestatórias e libertárias da contracultura. Tanto nos depoimentos de ativistas brasileiros quanto na literatura, os anos 70 destacam-se como a década em que começa a configurar-se um conjunto de ações, entidades e movimentos que se nomeiam ecológicos ou ambientais e, no plano governamental, uma estrutura institucional voltada para a regulação, legislação e controle das questões de meio ambiente.

Com o advento da Ecologia Política, campo de conhecimento e disciplina específica preocupada com os conflitos socioambientais, as questões políticas, econômicas e sociais são incorporadas ao debate ambiental. Este campo de conhecimento, ao incorporar, em suas análises, as ciências humanas e sociais ao debate ecológico, amplia significativamente a compreensão dos problemas ambientais e destaca a necessidade de uma análise mais integral que leve em conta tanto os aspectos naturais, quanto os sociais e políticos para desenvolver soluções mais justas aos desafios ambientais da sociedade. Conforme destaca Muniz (2009, p. 185)

A ecologia política é um campo de discussões teóricas e políticas que estuda os conflitos ecológicos distributivos, ou conflitos sócio-ambientais. Este campo nasceu a partir dos estudos de caso locais pela geografia e antropologia, porém ultrapassa os problemas locais e tem se estendido a níveis nacionais e internacional. Esse campo teórico se fortalece principalmente a partir da década de 1980, em consequência da crescente articulação entre movimentos ambientalistas e sociais no enfrentamento da “crise ambiental”.

Os conflitos socioambientais relacionados à busca por justiça ambiental têm uma longa história, mesmo que o termo "justiça ambiental" não tenha sido amplamente utilizado. Isso indica que, embora a linguagem específica para descrever esses conflitos possa ser recente, as questões subjacentes - como a desigualdade no acesso aos recursos naturais, a exposição desigual aos riscos ambientais e a marginalização de certas comunidades - já eram

uma realidade há muitos anos. Esses conflitos refletem lutas históricas por direitos, equidade e proteção ambiental, mesmo antes do conceito formal de "justiça ambiental" se consolidar no discurso público. A exemplo disso, Muniz (2009, p. 187) afirma que:

É o caso do conjunto de ações e movimentos sociais que estiveram em luta contra as injustiças ambientais, como é possível observar, por exemplo, no movimento dos atingidos por barragens, no movimento de resistência de trabalhadores extrativistas, como os seringueiros no Acre e as quebradeiras de coco no Maranhão, contra o avanço das relações capitalistas nas fronteiras florestais e de várias ações locais contra a contaminação e a degradação dos espaços ambientais.

A dialética apresentada evidencia como esses conflitos estão enraizados em relações comerciais e políticas desiguais, onde processos decisórios tendem a excluir a participação das comunidades afetadas. No Brasil, esses conflitos são exacerbados pelas desiguais distribuição de renda e acesso aos recursos naturais e resultam em uma profunda injustiça ambiental. Injustiça que, conforme Muniz (2009, p. 188), caracteriza o modelo de desenvolvimento dominante no Brasil e expõe uma parte significativa da população brasileira a fortes riscos ambientais, seja nos locais de trabalho, de moradia ou no ambiente em que vive.

A legislação, mais especificamente a Lei 6.938/81, foi uma resposta institucional às crescentes injustiças ambientais no Brasil, sendo a primeira lei que introduziu a Educação Ambiental como um instrumento para enfrentar e mitigar esses problemas. Ao incluir a Educação Ambiental na organização educacional, a lei buscava capacitar cidadãos a entenderem e enfrentarem os desafios ambientais, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável, onde as comunidades vulneráveis pudessem ter voz nos processos decisórios e acesso equitativo aos recursos naturais.

Nos anos 1990, houve avanços significativos na Educação Ambiental no Brasil. Sobre esse aspecto, Gonzaga (2008, p. 66) destaca que:

Foram criados os Núcleos de Educação Ambiental pelo IBAMA, os Centros de Educação Ambiental através do Ministério da Educação - MEC e a criação do Programa Nacional de Educação Ambiental - PRONEA pelo Ministério da Educação - MEC e Ministério do Meio Ambiente - MMA no ano de 1994. Ainda no campo da educação, são apresentados, em 1997, os Parâmetros Curriculares definidos pela Secretaria de Ensino Fundamental do MEC, em que "meio ambiente" é incluído como um dos temas transversais; a aprovação da Política Nacional de Educação Ambiental através da Lei 9.795/21; a implementação do Programa Parâmetros em Ação: ambiente na escola, pelo MEC, no ano de 2001; a regulamentação da Política Nacional de Educação Ambiental - Lei 9.795, através do Decreto 4.281, em 2002 e em 2003 a criação do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental reunindo o MEC e o MMA.

Ainda que um conjunto de ações tenha sido desenvolvido em direção ao setor, “não é possível delimitar rigorosamente o momento fundacional a partir do qual surgiu a percepção das distintas correntes político-pedagógicas na Educação Ambiental” (Layrargues e Lima, 2014, p. 25). No entanto, Loureiro e Layrargues (2001) registram que a partir dos anos 90, a Educação Ambiental brasileira abandonava o perfil inicial predominantemente conservacionista e reconhecia a dimensão social do ambiente.

Outrossim, não há como negligenciar as dimensões políticas das interações entre seres humanos e meio ambiente. Isto porque as políticas governamentais têm um impacto significativo no uso e na proteção dos recursos naturais. Decisões sobre políticas de desenvolvimento urbano, agricultura, energia e conservação ambiental têm implicações diretas na saúde e na sustentabilidade dos ecossistemas.

As interações entre seres humanos e meio ambiente frequentemente envolvem interesses conflitantes, que podem oscilar entre tendências à conservação ou à transformação das relações sociais e das relações que a sociedade mantém com o seu ambiente, seja entre diferentes grupos sociais, entre nações ou entre interesses comerciais e ambientais. Esses conflitos, de ordens socioambientais, muitas vezes se manifestam em disputas políticas sobre questões como acesso a recursos naturais, poluição e mudanças climáticas.

3 A DIVERSIDADE EPISTEMOLÓGICA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL: MÚLTIPLAS CONCEPÇÕES

Ao longo das últimas décadas tem sido comum encontrar uma ampla gama de termos e descrições que buscam capturar a complexidade e a amplitude das iniciativas voltadas para a sensibilização e conscientização ambiental. A diversidade de termos desde "Educação para a Sustentabilidade" até "Educação Ecológica" e mais uma miríade de outras denominações, que buscam definir a Educação Ambiental, reflete não apenas diferentes perspectivas teóricas e práticas, mas também o desenvolvimento e a adaptação contínua do campo às necessidades e desafios ambientais em constante mudança.

Alguns pesquisadores do campo, conscientes da simplificação excessiva no pensamento e nas práticas da Educação Ambiental, uniram-se para empreender a construção de uma nova perspectiva sobre o campo da Educação Ambiental:

[...] um olhar ponderado entre as múltiplas dimensões da complexidade ambiental, criando novas denominações para renomear a educação que já é

adjetivada de “ambiental”, para que a EA seja compreendida não apenas como um instrumento de mudança cultural ou comportamental, mas também como um instrumento de transformação social para se atingir a mudança ambiental (Layrargues, 2004-a, p.12).

A Educação Ambiental se destaca por seu desenvolvimento diversificado, caracterizado pela multiplicidade de abordagens e métodos adotados. Em diversas partes do mundo, experiências pedagógicas estão sendo consolidadas, ao passo que fortalecem diferentes formas de educar sobre questões ambientais. Essa diversidade é ainda mais evidenciada pelas perspectivas teóricas diversas que fundamentam a prática da Educação Ambiental, o que confere ao campo diferentes visões conceituais sobre como compreender e abordar os problemas ambientais. O segmento da Educação Ambiental é, portanto, reconhecido como plural e diverso, ao abarcar uma variedade de perspectivas pedagógicas, tendências políticas e filosóficas. Assim, ela é marcada por uma diversidade epistemológica que reflete as múltiplas abordagens teóricas e práticas adotadas por professores, pesquisadores e instituições em todo o mundo.

Essa diversidade é resultado da consolidação de diferentes tendências político-pedagógicas, que variam desde perspectivas conservacionistas até abordagens críticas e pragmáticas, tendências que emergem de diferentes compreensões e objetivos quanto à relação entre sociedade e meio ambiente, bem como coexistem em uma disputa por hegemonia simbólica no campo da Educação Ambiental.

Layrargues e Lima (2014) identificam três macrotendências político-pedagógicas na Educação Ambiental que refletem diferentes abordagens e objetivos: a conservacionista, a crítica e a pragmática. A tendência conservacionista enfatiza a importância da preservação dos recursos naturais e da biodiversidade e busca sensibilizar as pessoas para a necessidade de adotar práticas sustentáveis. Essa abordagem é predominantemente focada na preservação da natureza. Nessa perspectiva, a Educação Ambiental se orienta pela lógica do "conhecer para preservar" e visa despertar uma sensibilidade ecológica nos indivíduos. Isso é muitas vezes alcançado por meio da conscientização ecológica e práticas educativas que incentivam a proteção dos recursos naturais, sem questionar profundamente as estruturas sociais subjacentes que contribuem para a degradação ambiental. As ciências naturais, neste modelo, ocupam uma posição central e influente na formação da identidade da Educação Ambiental brasileira, especialmente nas décadas de 1980 e 1990, quando o campo foi majoritariamente moldado por cientistas ambientais e políticas conservacionistas.

Loureiro e Layrargues (2001) registram que a partir dos anos 1990, a Educação Ambiental brasileira abandonava o perfil inicial predominantemente conservacionista e reconhecia a dimensão social do ambiente, ou seja, a abordagem crítica surge em resposta às limitações da visão conservacionista, propondo uma articulação mais complexa entre educação, meio ambiente e transformação social. Sob essa perspectiva, a Educação Ambiental não se limita à preservação ambiental, mas busca enfrentar as injustiças sociais que estão no cerne das questões ambientais.

A Educação Ambiental é uma abordagem educacional que, numa perspectiva crítica, vai além da mera transmissão de conhecimentos sobre questões ambientais. Ela se fundamenta em uma visão crítica e transformadora que busca compreender e intervir nas relações sociais, econômicas e políticas que impactam o meio ambiente. Nessa perspectiva, a Educação Ambiental não se restringe apenas ao ensino de conceitos científicos sobre ecossistemas ou conservação da natureza, mas busca também promover uma análise profunda das causas estruturais da crise ambiental.

A educação é vista como um instrumento para promover a conscientização crítica, capaz de transformar as relações de poder que sustentam o modelo de desenvolvimento capitalista responsável pela crise ecológica. Essa abordagem é influenciada pela Ecologia Política e pelo pensamento crítico, que compreendem os problemas ambientais como intrinsecamente conectados às dinâmicas de exploração social e econômica. Como afirmam Layrargues e Lima (2014, p. 33)

Assim como no ambientalismo, há um forte viés sociológico e político na macrotendência crítica da Educação Ambiental, e em decorrência dessa perspectiva, conceitos-chave como Cidadania, Democracia, Participação, Emancipação, Conflito, Justiça Ambiental e Transformação Social são introduzidos no debate. Não por acaso, o surgimento e consolidação dessa macrotendência coincidem com o movimento ocorrido na Ecologia Política como possibilidade de interpretação do ambientalismo.

Já a tendência pragmática situa-se em um ponto intermediário e se preocupa com a aplicação de soluções imediatas e práticas para os desafios ambientais. Embora essa abordagem reconheça a importância das questões sociais e econômicas, ela se concentra em promover mudanças comportamentais e gerenciais que possam ser rapidamente implementadas. A Educação Ambiental pragmática geralmente foca em aspectos técnicos e operacionais da gestão ambiental, com ênfase na educação como ferramenta para disseminar práticas sustentáveis e tecnologias limpas no cotidiano, sem necessariamente transformar as bases estruturais da sociedade.

A macrotendência pragmática abrange [...] a Educação para o Desenvolvimento Sustentável e para o Consumo Sustentável, expressando-se pelo ambientalismo de resultados, do pragmatismo contemporâneo e do ecologismo de mercado, que surgiram em resposta ao contexto neoliberal instituído mundialmente (Layrargues & Lima, 2014, p. 31).

Essa diversidade de tendências na Educação Ambiental reflete um campo em constante disputa, onde diferentes grupos e correntes teóricas competem pela hegemonia e busca moldar as práticas pedagógicas de acordo com suas interpretações e interesses. Como tal, a Educação Ambiental brasileira exemplifica um espaço plural e dinâmico, no qual cada uma dessas macrotendências contribui para a complexidade e riqueza do campo, ao mesmo tempo que levanta desafios para sua coesão epistemológica e prática.

4 AS CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PREDOMINANTES NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE PROFESSORES(AS) DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ANGICOS – RIO GRANDE DO NORTE (RN)

A Educação Ambiental tem se consolidado como uma área essencial no desenvolvimento de práticas pedagógicas voltadas para a conscientização e preservação do meio ambiente. No contexto das escolas municipais de Angicos – RN, torna-se relevante compreender as bases teórico-metodológicas que orientam as abordagens em Educação Ambiental.

Para atender as finalidades da pesquisa, cujo objetivo consistiu em identificar e analisar as concepções de Educação Ambiental predominantes em práticas pedagógicas de professores(as) da Rede Municipal de Ensino de Angicos – Rio Grande do Norte (RN), como instrumento de coleta de dados, foi realizada entrevista semiestruturada, que de acordo com Minayo (2007, p. 64) é uma entrevista que combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada. O questionário foi composto por três questões: Como você compreende o meio ambiente? Quais atividades em Educação Ambiental você desenvolve? Existe alguma prática pedagógica em Educação Ambiental que você gostaria de fazer, mas não foi possível? Se sim, explique o motivo.

O questionário permitiu que fossem respondidas perguntas abertas sobre a compreensão do meio ambiente, práticas pedagógicas desenvolvidas, e existência de práticas pedagógicas desejadas, mas ainda não realizadas, o que proporcionou uma flexibilidade na coleta das percepções individuais dos(as) professores(as).

A amostra da pesquisa foi composta por oito professores(as) de quatro escolas municipais da rede pública de ensino de Angicos – RN: Escola Municipal Espedito Alves, Escola Municipal Maria Zélia (Zona Rural), Escola Municipal Professora Maria Odila e Centro Municipal de Educação Infantil Júlia Amélia Cruz (CMEI). Ao todo, foram entrevistados 8 professores, cujas formações incluem Pedagogia, Química, Ciências Biológicas e Educação Física com especializações que variam entre Neuropsicopedagogia, Psicopedagogia, Mestrado em Ciências da Educação e Especialização em Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

A entrevista explorou três aspectos centrais: a compreensão dos docentes acerca de meio ambiente, as atividades desenvolvidas em Educação Ambiental e as práticas pedagógicas que os professores gostariam de implementar, mas ainda não realizaram, além de identificar os motivos dessas limitações. Para preservar a identidade dos(as) professores(as) entrevistados(as), foram utilizados codinomes ao longo do texto. Dessa forma, para citar as respostas fornecidas pelos(as) professores(as) participantes, foram utilizados nomes fictícios de modo a preservar suas identidades e a confidencialidade das informações.

Com base nas respostas do questionário, podemos observar que a Educação Ambiental praticada pelos(as) professores(as) reflete a presença de tendências mais fortes para o conservacionismo e o pragmatismo, embora elementos críticos também estejam presentes em menor intensidade.

A Educação Ambiental conservacionista está evidenciada nas práticas e preocupações dos(as) professores(as), que frequentemente mencionam termos como preservação e cuidado com o meio ambiente.

Essa abordagem pode ser observada na resposta da professora Bianca, que reforça a importância de práticas cotidianas individuais para a preservação ambiental. Ela afirma que, "Dentro de nossas sequências didáticas, estamos sempre mostrando a importância de se preservar o nosso planeta e o ambiente com nossas ações. Essas ações são atitudes simples do nosso dia a dia que fazem toda diferença." Bianca enfatiza a Educação Ambiental baseada na conscientização e na adoção de pequenas atitudes diárias individuais que, segundo ela são essenciais para a manutenção do equilíbrio ecológico e a proteção do meio ambiente, sem levar em consideração que grandes corporações, muitas vezes envolvidas em setores como a mineração, a produção de combustíveis fósseis, a agricultura intensiva e a indústria de manufatura são responsáveis por uma parte substancial das emissões de gases de efeito estufa, poluição, desmatamento e exploração de recursos naturais.

A análise das informações coletadas demonstra a constatação de que as abordagens pedagógicas inseridas nas atividades propostas se concentram em esforços para conscientizar os(as) alunos(as) sobre a importância de práticas como reciclagem, economia de água e cuidado com o lixo. Essas ações visam desenvolver a percepção de que é necessário manter os recursos naturais para o futuro, conforme expresso na fala da professora Amanda: "Sempre reforço os cuidados que devemos ter no dia a dia, principalmente em relação ao lixo." Embora as ações individuais, como o consumo excessivo de plástico, desperdício de água e energia, e a falta de reciclagem, contribuam para a degradação ambiental, o impacto dessas atitudes individualmente são bem menores em comparação com o agravo ocasionado pelas grandes corporações que alcançam amplas áreas de devastação. Ou seja, essa abordagem é tipicamente conservacionista, com foco prioritário na manutenção e proteção dos recursos ambientais existentes.

A vertente pragmática presente da Educação Ambiental também aparece com destaque, principalmente, nas estratégias pedagógicas mencionadas. Muitos(as) professores(as) relatam a incorporação de atividades práticas, como o cultivo de hortas, passeios ao redor da escola para explorar o ambiente natural, bem como projetos de coleta seletiva, que refletem uma abordagem voltada para soluções concretas e aplicáveis aos problemas ambientais.

Por exemplo, a professora Lia menciona: "Plantação, diálogos e cuidados com as plantas, a água e com o solo." No caso das atividades propostas pela docente, como os cuidados com elementos naturais, fica evidente a ênfase em ações práticas e imediatas, que visam estimular nos(as) alunos(as) a adoção de comportamentos sustentáveis, como o uso consciente da água e a preservação do solo, porém, essas atividades não envolvem uma reflexão crítica sobre as causas profundas da degradação ambiental ou sobre questões estruturais, como os impactos do modelo econômico vigente, mas, ao invés disso, focam em soluções práticas que podem ser aplicadas no dia a dia. Ao mencionar "diálogos" em sua resposta, a professora dissemina conhecimento técnico sobre o cuidado com o ambiente ao incentivar uma mudança de comportamento que se reflete em pequenas ações cotidianas, mas sem necessariamente abordar as causas sistêmicas ou propor mudanças nas estruturas sociais ou econômicas que impactam o meio ambiente.

A concepção crítica, que desafia as estruturas socioeconômicas subjacentes às questões ambientais e busca promover uma transformação social, aparece de forma limitada em relação às outras vertentes. Um exemplo dessa abordagem crítica pode ser visto na

resposta que sugere que o cuidado com o meio ambiente deveria ser uma responsabilidade maior das grandes empresas, não apenas dos indivíduos ou comunidades locais.

Ao perguntar ao professor José se existia alguma prática pedagógica em Educação Ambiental que ele gostaria de fazer, mas não foi possível, a resposta obtida foi: “termos a prática de ensinar aos nossos alunos a economizar água, reciclar alguns produtos e isso quem deveria fazer na verdade era as grandes empresas”. Este ponto de vista reflete uma consciência crítica das relações de poder e das responsabilidades sociais mais amplas dos agentes sociais.

A análise das respostas dos(as) professores(as) revela um quadro da Educação Ambiental que, embora fortemente comprometida com o conservacionismo e o pragmatismo, carece de uma abordagem crítica mais robusta, que de fato se dirija com mais veemência as reais causas que sustentam a crise socioambiental. O foco em práticas conservacionistas e pragmáticas é certamente importante, pois educa os(as) alunos(as) sobre a importância de preservar o meio ambiente e lhes oferece ferramentas práticas para isso. No entanto, sem uma reflexão crítica mais profunda, essas práticas que não questionam as causas mais profundas dos problemas ambientais, como a exploração excessiva de recursos e as desigualdades sociais que são igualmente forjadas pelos mesmos processos sociais que exacerbam a degradação ambiental, podem reforçar o *status quo*.

A Educação Ambiental, para ser verdadeiramente transformadora, precisa ir além da conscientização e das práticas diárias. Deve promover uma compreensão crítica das relações entre sociedade, economia e meio ambiente de modo mais amplo de modo a questionar as estruturas que perpetuam a degradação ambiental e a injustiça social. Para que isso aconteça, é fundamental que os(as) professores(as) sejam orientados(as) quanto a incorporação de uma perspectiva crítica em suas práticas pedagógicas, com a promoção de debates sobre temas como a justiça ambiental, o papel das corporações e as políticas públicas do setor.

Assim, enquanto as práticas conservacionistas e pragmáticas são essenciais para a preservação imediata do meio ambiente, a Educação Ambiental deve avançar para incluir uma análise crítica das condições que levam à necessidade de tais práticas. Somente assim, pode-se educar uma geração que não apenas cuida do meio ambiente, mas que também está preparada para questionar e transformar as estruturas que ameaçam sua sustentabilidade a longo prazo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa sobre a identificação das concepções de Educação Ambiental predominantes nas práticas pedagógicas de professores(as) da Rede Municipal de Ensino de Angicos - RN revelou aspectos importantes sobre como essa temática é abordada no cotidiano pedagógico. Observou-se que a prática de Educação Ambiental ainda se alinha majoritariamente a uma perspectiva conservacionista e pragmática, ao focar em ações pontuais e no desenvolvimento de práticas diárias voltadas à preservação do meio ambiente, como o cuidado com o lixo, a economia de água e a reciclagem. Essas iniciativas, apesar de essenciais para a conscientização dos(as) alunos(as) e o desenvolvimento de hábitos sustentáveis, parecem limitar-se a uma compreensão superficial dos desafios ambientais. A ausência de uma reflexão crítica mais ampla sobre os fatores estruturais que contribuem para a crise ambiental, como o papel de grandes corporações como agentes sociais promotoras de crises e políticas econômicas neoliberais, alinhadas com a degradação ambiental, restringe o potencial transformador da Educação Ambiental, conforme sugerido por alguns(as) professores(as) entrevistados(as).

A resolução do problema destacado no estudo deveria focar na transição de uma abordagem conservacionista e pragmática da Educação Ambiental para uma abordagem crítica e transformadora. A resolução ideal incluiria a promoção de uma Educação Ambiental que desafie os(as) alunos(as) a pensar criticamente sobre a justiça socioambiental e as dinâmicas globais e capacitá-los a serem agentes de transformação social.

A análise das respostas dos(as) professores(as) evidencia uma carência de abordagens que desafiem as estruturas socioeconômicas e incentivem os(as) alunos(as) a refletir criticamente sobre as causas profundas da degradação ambiental. Embora o pragmatismo nas práticas pedagógicas seja eficaz em promover a adoção de soluções imediatas e aplicáveis, ele não questiona os fatores sistêmicos que sustentam os problemas ambientais. É nesse ponto que uma abordagem crítica, voltada para a transformação social e a justiça ambiental, pode complementar e fortalecer a Educação Ambiental, ao capacitar os(as) alunos(as) a se tornarem não apenas agentes de mudança em suas comunidades, mas também críticos(as) conscientes das dinâmicas globais que afetam o meio ambiente. Portanto, a importância do tema reside no fato de que a Educação Ambiental, quando tratada de forma crítica, não apenas sensibiliza para a preservação do meio ambiente, mas também promove a conscientização sobre questões socioeconômicas e políticas que afetam a sustentabilidade. O estudo destaca que uma educação que integre essas dimensões críticas prepara os(as) alunos(as) para lidarem com os desafios ambientais de forma mais abrangente e significativa, ao passo que contribui para a formação de cidadãos mais conscientes e atuantes.

O trabalho também contribui para a formação de professores(as) na medida em que propõe uma visão ampla e crítica da Educação Ambiental e capacita os(as) futuros(as) a instigar reflexões profundas entre os(as) estudantes sobre as causas e consequências da degradação ambiental, além de desenvolver habilidades para promover justiça social e ambiental.

Essas considerações sugerem que, para a Educação Ambiental ser verdadeiramente transformadora, ela deve não apenas sensibilizar para a importância da preservação, mas também capacitar os(as) alunos(as) a questionar e agir sobre as causas estruturais da crise ambiental. Isso inclui dar maior suporte aos(as) professores(as) para que possam integrar essas perspectivas críticas em suas práticas pedagógicas, permitindo que os(as) alunos(as) desenvolvam uma compreensão integral e transformadora sobre a relação meio ambiente, sociedade e economia.

REFERÊNCIAS

- CARVALHO, I. C. M. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006. (Coleção Docência em formação).
- GONZAGA, Magnus José Barros. **Educação ambiental: uma análise de experiências em escolas públicas de Natal (RN)** In: CABRAL NETO, Antônio. (Org). Educação ambiental: caminhos traçados, debates políticos e práticas escolares. Brasília: Líber Livro Editora, 2010. 240 p.
- GONZAGA, Magnus José Barros. **Educação ambiental: um estudo de experiências nas escolas municipais de Natal**. 2008. 161 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.
- LAYRARGUES, P. P. Para que a Educação Ambiental encontre a educação. In: LOUREIRO, C. F. B. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2004-a. p. 150.
- LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. **Educação ambiental crítica: do socioambientalismo às sociedades sustentáveis**. Educação e Pesquisa, v. 35, p. 145-163, 2009.
- LOUREIRO, C. F. B. **Educação ambiental e epistemologia crítica**. REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, v. 32, n. 2, p. 159-176, 2015.
- LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P. **Educação ambiental nos anos 90. Mudou, mas nem tanto**. Políticas Ambientais, v. 9, n. 5, p. 6-7, 2001.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **PESQUISA SOCIAL: teoria, método e criatividade**. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MUNIZ, L. M. **Ecologia política: o campo de estudo dos conflitos sócio-ambientais.** Revista Pós Ciências Sociais, São Luís, v. 6, n. 12, p. 181-196, 2009.